



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 05332/17

PENSÕES VITALÍCIA E TEMPORÁRIA.
Julgam-se legal os atos e correto os cálculos de proventos elaborados pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 1455/2019

1. PROCESSO TC N.º: 05332/17

2. ORIGEM: Paraíba Previdência.

3. DADOS SOBRE A(S) PENSÃO(ÕES):

3.1. BENEFICIÁRIO(S): ILZA DE FÁTIMA SANTANA SILVA – Vitalícia
MAXSUELLY BEZERRA DA COSTA ROSAS - Temporária

3.2. DADOS DO(A) SERVIDOR(A) FALECIDO(A):

3.2.1. NOME: MARCOS ANTONIO ROSAS DA SILVA

3.2.2. QUALIFICAÇÃO: Escrivão de Polícia, matrícula nº 901571.

3.3. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03.

3.4. DATA DO(S) ATO(S): 22/11/2019 e 21/11/2016 respectivamente.

3.5. DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: Diário Oficial de 30/11/2016.

3.6. AUTORIDADE EMITENTE: Presidente da PBPrev.

4. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Concluiu que as pensões revestem-se de legalidade, razão porque sugeriu os registros dos atos concessórios.

5. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **conceder registro** aos atos de **pensões Vitalícia e Temporária dos(as) beneficiários(as)** ILZA DE FÁTIMA SANTANA SILVA e MAXSUELLY BEZERRA DA COSTA ROSAS, favorecido(a) do(a) servidor(a) falecido(a), Sr.(a). MARCOS ANTONIO ROSAS DA SILVA, tendo presentes sua legalidade e os cálculos de proventos efetuados pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 15 de agosto de 2019.

Assinado 20 de Agosto de 2019 às 12:18



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 22 de Agosto de 2019 às 09:02



Marcílio Toscano Franca Filho
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO